



JOSÉ PAES DE CARVALHO

1850 – 1943

Leonidas Braga Dias

Membro Titular da Academia de Medicina do Pará

Mesmo que o calendário não registre na data de hoje qualquer acontecimento importante, para quem vos fala agora passará este dia a ser muito significativo. Hoje, somente a partir de hoje, é que realmente me sentirei integrado à Academia de Medicina do Pará. A posse conjunta, na bela cerimônia do dia 16 de fevereiro de 1989, apenas formalizou o convite que me foi feito para compor o quadro de membros desta Academia, mas não chegou a incorporar ao meu espírito o sentimento de acadêmico. Um outro sentimento, contudo, foi sobejamente gratificado, o de me sentir paraense, partícipe de uma agremiação de elite deste Estado, que por opção adotei como terra para viver e morrer.

Talvez influenciado pelo tradicionalismo, não por vaidade, desejasse justificar parte do mérito que me foi atribuído, iniciando as atividades na Academia com o elogio ao meu Patrono, não como um discurso subordinado à crítica e julgamento, porém para me mostrar afeito aos fatos e aos homens da terra, como qualquer nativista.

Paraense por opção, como disse, migrado de outro extremo desta imensa Amazônia, aqui aportei por três vezes, havendo em cada estada fatos marcantes na minha vida. Na primeira delas fiz a escalada do curso de medicina, galguei o título, coleí grau com a turma de 1953 da antiga Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. Na segunda, muito breve, concretizando um compromisso afetivo, contraí matrimônio em 1957. Na terceira, transformada em definitiva permanência, gerei uma filha, nascida paraense. Afetiva e oficialmente, estou ligado ao Pará. Contudo hoje, somente hoje, experimento a sensação de formalizar o meu registro de naturalidade paraense, falando de um filho da terra, que por ela batalhou e deu tudo de si para vê-la engrandecida e o seu povo saudável e feliz.

Elogio proferido ao Patrono da Cadeira número 29 em 24 de abril de 1991, posteriormente publicado nos Anais da Academia de Medicina do Pará, volume 2, páginas 64 a 82, 1991.

Ao ser-me oferecida a lista da Academia para a escolha de patronos, detive-me no nome de José Paes de Carvalho, Cadeira número 29, e nela me fixei, não por conhecimento antecipado de seus atos e méritos, mas por estar ele associado ao nome de uma instituição pública de ensino – o Colégio Estadual Paes de Carvalho, cuja tradição me fora passada nos anos em que aqui permaneci como estudante de medicina, por colegas de turma, entusiasmados “ex-ginasianos”, que me contaram histórias e glórias de seu velho Ginásio.

Conservo imenso carinho às coisas e às pessoas ligadas à juventude, à minha em especial, porém mal sabia eu que o elo de associação do ilustre homem paraense ao órgão de ensino não só é justo, como também é o que mais tem persistido, senão o único em Belém ainda não rompido, o que traduz o reconhecimento pelo que tanto fez Paes de Carvalho em seus quatro anos de governo, e tantos outros de lides no Pará e pelo Pará, terra que um dia deixou contrariado pela incompreensão de alguns contemporâneos pouco lúcidos, e por honradez.

Passando do nome ao homem, aprofundando-me nas informações sobre Paes de Carvalho, tem sido uma grande satisfação conhecê-lo mais e mais, e uma frustração imensa constatar que quase tudo o que se fez de justiça à sua memória, neste país sem memória como dizem, e neste Pará sem memória, digo eu, tem sido perdido, refogado, sem uma segunda e oportuna reposição. Apagam-se os registros efetivados e sobre eles inscrevem-se outros, esquecendo-se o antigo, como se a história deva ser escrita apenas com o que de mais novo ocorre.

Tenho tido uma grande satisfação, repito, em escarafunchar a vida de um homem superior ao seu tempo, capaz de oferecer o máximo aos seus contemporâneos e capaz de desejar e construir o melhor para o futuro.

Então vejamos quem foi Paes de Carvalho.

Noventa anos já transcorreram entre o final de seu Governo no Estado do Pará até os nossos dias. Cento e quarenta anos e um pouco mais entre o seu nascimento e os momentos presentes.

Toda essa distância, que pode envolver várias gerações de uma única família, embora não apague o brilho e a importância de nosso Patrono nesta Academia, cria dificuldades para que possamos, como desejávamos, traçar com riqueza de detalhes a sua vida. Conforta-nos, contudo, podermos ainda identificar uma grande parte de sua obra e constatar o seu prestígio como profissional médico, como político e como administrador; sabermos da riqueza moral que acumulou ao longo do viver, contemplada por seus contemporâneos e legada à sua família.

Trazemos a figura de Paes de Carvalho livre e solta entre datas e fatos isolados; esboçarmos a sua caricatura ou relacionarmos os seus feitos não nos parece meritório. Seria como expor troféus e os momentos das conquistas, esquecendo o conquistador e suas lutas.

Para falarmos de Paes de Carvalho tentaremos voltar aos seus dias, conviver com seus pares, andar nas ruas em que andou, cruzar as esquinas que ele teve que cruzar. Só assim o compreenderemos e lhe daremos o justo valor.

Diferentemente do tanto que se falou em seus trinta ou mais anos de vida pública no Pará, são poucas as palavras escritas sobre o cidadão José Paes de Carvalho. Mesmo sobre o médico, são escassos os registros. Do político, estão

as críticas, exaltadoras ou depreciativas, verdadeiras ou facciosas. Do administrador, estão consagrados os seus atos e obras em documentos e publicações oficiais, matéria farta, indelével.

Para tentarmos não reconstruir mas entender a figura de Paes de Carvalho, conhecer seus anseios, suas dúvidas e assim compreendermos suas atitudes, aplaudirmos os seus feitos, tentaremos recompor o seu tempo, envolvendo-nos na mesma atmosfera que ele respirou.

Nascido em 1850, graduado em medicina em 1873, e tendo governado o Pará no quadriênio 1897 a 1901, Paes de Carvalho atuou em momentos de grandes transformações políticas, econômicas e sociais, não só regionais, mas e sobretudo nacionais. Educado na Europa, agiu também por influência do que lá vivenciou, pois lá forjou a sua cultura geral, médica e política.

Nascendo ao findar a primeira metade do século XIX, em 12 de novembro, chegava ao mundo num Brasil imperial ainda sob os efeitos de lutas internas consequentes à Independência proclamada por D. Pedro I, que no Pará tiveram exaltadas e arrastadas manifestações nativistas e de fiéis reinóis, culminando com a guerra dos cabanos; num Brasil pressionado pelas ideias antiescravagistas; num Brasil ainda em luta pelas suas fronteiras.

Ao nascer em Belém do Pará, num sobrado da Travessa do Pelourinho (atual 7 de Setembro), número 33, certamente a cidade não está hoje muito diferente do que a encontrou Henry Walter Bates, naturalista inglês que aqui aportou em 28 de maio e a retratou com sensibilidade e fidelidade em 1848. Assim, aproveitamos as palavras do naturalista para conhecer a Belém de então:

“Na manhã do dia 28 de maio chegamos ao nosso destino. O aspecto da cidade ao amanhecer era extremamente aprazível... os prédios brancos com seus telhados vermelhos, as numerosas torres e cúpulas das igrejas e conventos, e o topo das palmeiras elevando-se por trás das casas – tudo isso fortemente delineado por um céu azul e límpido – dão à cidade uma aparência de leveza e alegria altamente estimulante”.

Mas o aprazível impacto do panorama de Belém visto de longe, da Baía de Guajará, lamentavelmente não correspondia à realidade urbana logo após encontrada pelo ilustre visitante, que depois nos diz: “À época de nossa chegada a cidade do Pará ainda não se tinha recuperado dos efeitos de uma série de rebeliões provocadas pelo ódio existente entre brasileiros e portugueses... O número de habitantes da cidade tinha diminuído em consequência desses distúrbios e, de 24.500, em 1819, havia passado para 15.000 em 1848... A cidade parece ter visto melhores dias; os prédios públicos, inclusive os palácios residencial e episcopal, a catedral e as igrejas e conventos pareciam ter sido construídos segundo um padrão de qualidade muito acima das necessidades atuais.”

Atento observador, de suas andanças pela cidade lembra o primeiro passeio e nos conta: “Passamos primeiramente por algumas ruas próximas ao porto, marginadas por prédios altos e sombrios semelhando conventos, pelas quais transitavam ociosamente alguns soldados de uniformes rotos, com seus mosquetes apoiados displicentemente no braço, bem como sacerdotes, mulheres negras com potes d’água na cabeça e índios de ar melancólico carregando os filhos nus escrachados sobre os quadris. Entramos depois numa rua estreita e comprida, habitada pelas classes mais pobres... Grupos de pessoas tomavam a fresca à porta de suas casas – gente cuja pele tinha todas

as tonalidades, europeias, negra e indígena, mas eram principalmente uma confusa mistura das três raças”. Em outro trecho, diz ainda Bates: “As ruas marginadas por vastas residências particulares, em estilo italiano, apresentavam-se em mau estado de conservação, com matos e arbustos nascidos de grandes rachaduras nas paredes. As vastas praças públicas estavam cobertas de mato, e extensos trechos alagados tornavam-nas intransitáveis”.

Esta era a Belém, a cidade do Pará, como a ela se referiu Bates, na qual dois anos depois nasceria José Paes de Carvalho. Uma cidade decadente, de aparência marástica. Uma cidade ainda padecente de efeitos diretos e indiretos de repetidos atos arbitrários das autoridades provinciais que não conseguiam, como diz Ricardo Borges, “... evitar ou conter a paranoia dos Comandantes das Armas que a elas se sobrepunham praticando massacres”, entre os quais “os maiores e mais monstruosos que a História do Brasil registra, e assinalam a transposição do regime Colonial ao Brasil independente: os de 13 de julho e 20 de outubro de 1823. Em três meses o governo assassinou, frio, impiedoso, impune, cerca de quatrocentos paraenses indefesos...”. Sucessivos atos indignos que levaram o paraense à guerra da Cabanagem, “... que foi, em verdade, única insurreição meramente popular que o Brasil ainda registra”, como também opina Ricardo Borges, cujas últimas refregas ocorreram em 1835 e cujos efeitos retardados ainda se faziam sentir.

A agradável silhueta de “torres e cúpulas...em um céu azul e límpido” observada por Bates, mostrava, como ele próprio supôs, os vestígios do transitório esplendor da era pombalina, mormente sob o governo de Mendonça Furtado, quando a Província do Grão-Pará experimentou um surto de obras públicas que incluiu a construção do Palácio do Governo, e também foram construídas igrejas, num trabalho em grande parte projetado e executado por Antonio José Landi, quando o cacau cultivado na Província era a grande fonte de receita para o Reino. Segundo Ubiratan Rosário, “vivía o Grão-Pará na segunda metade do século XVIII os seus maiores dias desde a fundação de Belém em 1616”.

“Com a Cabanagem, desabava a estrutura agrícola que se montara durante o século anterior com tecnologia europeia. Por volta de 1840 estava encerrado o ciclo da agricultura paraense. Encerrava-se, assim, a era do cacau na Amazônia” (Rosário).

Falida a principal atividade que evoluíra para uma cultura racional e eficaz, baseada no extrativismo a economia regional, era sombrio o futuro da Província. Não obstante, observará Bates, “O comércio... estava começando a florescer...”.

Sim, o comércio da borracha já contribuía para esta alentadora situação. Produto em valorização crescente, mostravam os números a sua influência e as esperanças da região. De 31 toneladas exportadas em 1827, registrava o ano de 1848 mais de novecentas toneladas e, em 1850, 1.566 toneladas e meia.

Bates ainda permanecia em Belém no ano em que nasceu José Paes de Carvalho. Decerto que a cidade, como dissemos, não sofrera significativas mudanças em seu urbanismo. Mas um fato novo se acrescentara para martirizar ainda mais a sua população: Trazida pela barca dinamarquesa “Pollux” em janeiro, e logo após pela charrua brasileira “Pernambucana”, procedente do Nordeste, onde grassava o mal, chega à Província pela primeira vez a febre amarela. “Testemunha ocular e bem informada estimou em 12 mil o número de

enfermos, para uma população estimada em 16 mil habitantes” (Arthur Vianna). Nesse ano morreram do mal 593 indivíduos na capital.

“Até 1848 a salubridade no Pará era extraordinária”, revela-nos Bates, “Mas a cidade não desfrutou por muito tempo da imunidade contra as epidemias”. Ainda em 1850, “... quando aqui reinou pela primeira vez a febre amarela, não houve varíola intercorrente, mas o sarampo irrompeu durante o segundo semestre, matando, até 31 de dezembro, 94 pessoas” (Arthur Vianna).

Filho de um bem-sucedido comerciante português nascido na ilha de Açores, Sr. Pedro Paulo de Carvalho, e de Dona Olympia Angela Paes de Souza, paraense filha de uma família de destaque na sociedade local, José Paes de Carvalho iniciou seus estudos em Belém, porém ainda aos dez anos de idade foi mandado para Lisboa a fim de prosseguir-los até a formatura em Medicina.

Nesse interregno, fatos importantes ocorreram em sua cidade natal e na região amazônica. Ainda em 1850, a Província fora desmembrada, com a autonomia da porção ocidental, que passou a constituir a Província de São José do Rio Negro, pela Lei n. 582, de 5 de setembro. Sobre este fato, Ubiratan Rosário enfatiza que “O Grão-Pará em declínio reduzirá o seu território, perdendo a Capitania de São José do Rio Negro, que se transformará em província autônoma em 1850. Escasseando os grãos plantados (de cacau), o Grão-Pará perdendo o nome de Grão, ficando apenas com a denominação de Pará, primeiro como Província do Império, sujeita não mais diretamente a Lisboa, mas ao Rio de Janeiro, depois como Estado, na República.

Pela Lei n. 586, de 6 de setembro, surge a autorização para a navegação a vapor na Amazônia, com a primeira viagem do vapor “Guapiaçu”, vaso de guerra que em dezembro de 1851 leva para Manaus o governador da província vizinha, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, o qual registra que “Apesar da falta de acomodações, que não as tem essa barca... viemos em dezessete meios-dias, desde 10 de dezembro de 1851, em que saímos do porto de Belém até o desta capital, onde aportamos a 27 do mesmo”. Mas o tráfego de linhas regulares só ocorrerá a partir de 1853.

Em 1851, o governo aprovou pelo Decreto n. 201, de 25 de outubro, “... o contrato celebrado com José da Ponte e Souza para iluminar a capital da província a gás líquido (querosene) e a azeite de andiroba... O contratante se obriga a empregar 120 lampiões a gás e 54 a azeite de andiroba, cessando assim o uso da iluminação colonial que era a manteiga de tartaruga”. A iluminação de Belém só voltaria a ser modificada em 1864, com o emprego de gás hidrogênio carbonado, a partir de 13 de maio daquele ano.

Outro evento progressista ocorreu em 1854, com a inauguração dos telégrafos.

Em 1855, mais uma vez pesa sobre a cidade a desgraça de uma epidemia, desta vez de cólera morbus, fazendo entre os sete últimos meses do ano de 1855 e os dois primeiros de 1856, um total de 1.052 vítimas, das quais 884 brasileiros e 168 estrangeiros” (Ernesto Cruz), em uma população de cerca de 20 mil habitantes, como era a de Belém. Nos anos seguintes aos de 1850, com índices decrescentes até 1854, a febre amarela faz 130 vítimas em 1855 e 71 em 1856, apresentando-se “como um fator constante no obituário” (Arthur Vianna), transformando-se em doença endêmica.

Graças aos progressos da industrialização da borracha, este produto amplia cada vez mais as suas utilizações e, assim, fomenta a sua extração e o

comércio. Em 1820 Thomas Hancock tirou sua primeira patente para o uso do *cautchouc* em artigos de vestir. Em 1823, Charles Macintosh, de Glasgow, prepara impermeáveis por um processo seu. Esse preparo, contudo, submetido a grande calor ou frio, era destruído. Charles Goodyear descobriu, então, que a borracha combinada com o enxofre adquiria aquela qualidade e resistia a altas e baixas temperaturas. Em 1842, Hancock na América, onde Goodyear trabalhava, conseguiu alguns pedaços dessa borracha preparada e, depois de experiências sucessivas, descobriu o processo hoje conhecido como *vulcanização*. Esta, foi realmente a mais importante descoberta, porque deu à borracha um valor prático antes impossível de obter. Desse tempo em diante, os aperfeiçoamentos na manufatura e usos da substância rapidamente cresceram, e a borracha tomou a posição do mais importante e valioso produto do mundo” (Manuel Lobato).

Já desdobradas as províncias do Amazonas e do Pará, somente esta última exportou em 1858 mais de 1.745 toneladas de borracha. Nesse mesmo ano, como um dos reflexos inegáveis do progresso, a capital paraense contava com 12 profissionais médicos e 14 cirurgiões inscritos na Inspetoria de Saúde, além de 7 farmacêuticos e 4 drogistas.

Ao regressar ao Pará depois de mais de sete anos excursionando pela Amazônia Ocidental, Bates, chegado aos 17 dias de março, declara que Belém “Já não tinha aquele aspecto de arraial, com as ruas cheias de mato e casas desmanteladas que eu ficara conhecendo em 1848. A população tinha aumentado para 20 mil, devido ao influxo de imigrantes portugueses, madeirenses e alemães. ...As ruas, outrora sem calçamento e cheias de pedras soltas e areia, estavam agora caprichosamente pavimentadas; as casas feitas fora do alinhamento haviam sido demolidas e substituídas por construções mais uniformes... Sessenta veículos para transporte coletivo, além de cabriolés (muitos deles fabricados no Pará), enchiam agora as ruas, contribuindo para aumentar a animação das bonitas praças, ruas e avenidas”. Em contrapartida, Bates também assinala: “Em 1848, o Pará era uma das cidades em todo o continente americano onde era mais barata a vida; atualmente está entre as de vida mais cara”.

Em junho, ainda de 1859, visita Belém um ilustre estudioso alemão, Robert Avé-Lallemant, que depois fixou residência no Brasil. Disse ele: “Pará, ou antes S. Maria de Belém do Pará, uma cidade de 25.000 habitantes, causa boa impressão vista do rio, embora tudo nela pareça velho. Destacam-se vetustas igrejas; a Alfândega, mesmo, é um velho convento de grandes dimensões. O magnífico palácio do Presidente é, sem dúvida, um dos melhores edifícios do Brasil; desejaria, especialmente, que o Imperador tivesse um igual no Rio de Janeiro. ...As ruas do Pará apresentam, igualmente, bom aspecto. Vêem-se muitas casas distintas, grandes e bonitas, verdadeiros palácios em miniatura, mas todas antigas, do tempo em que Portugal se trasladou para o Brasil, e o Pará deveria ser a capital”.

Essa era a Belém, que se transformava e ao mesmo tempo conservava aspectos que, pouco a pouco, se incorporava ao que de mais característico ainda hoje possui.

Carente de sistema hospitalar, contando apenas com unidades das forças armadas e o antigo Hospital do Senhor Bom Jesus, inaugurado em 1787 na Rua da Vigia, na Cidade Velha, após a criação de uma enfermaria para atendimento

de membros da irmandade, aprovada na Assembleia Geral de 20 de julho de 1862, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Gran-Pará, de acordo com resolução da assembleia de 15 de junho de 1864, ordena "... que seja construído no pateo, ao lado direito da capella, uma casa de três pavimentos para servir de enfermaria...". É o início do Hospital da Ordem Terceira, em Belém, que será inaugurado a 1º de janeiro de 1867 e que também servirá de asilo dos irmãos decrépitos e abandonados" (Antonio Baena).

O progresso e a importância da Amazônia são inquestionáveis. Em 1867 os portos da região são abertos ao comércio do mundo.

Belém acompanha a escalada, passando a contar com uma Biblioteca Pública, inaugurada a 25 de março de 1867. O serviço de transportes urbanos entra nos trilhos. Os "bondes", carros puxados sobre trilhos por pares de alimária, em linha regular, ligam o Largo da Sé ao Largo de Nazaré além da ermida, atendendo a concessão feita ao americano James B. Bond pela Carta de Lei n. 585, de 23 de outubro de 1868, "com o privilégio exclusivo por 30 anos".

Em 1872, ano que antecede o regresso de Paes de Carvalho ao Pará, Belém conta com cerca de 30.000 habitantes, quase o dobro da época em que ele nascera.

De sua presença na Europa, há referência de ter sido um destacado aluno. No dizer de Chermont de Britto, "Nele o talento cedo madrugou, e os seus cursos foram coroados das notas mais distintas e dos prêmios mais consagradores". Participou de manifestações estudantis pré-republicanas, colaborando com o jornal de classe "O Rebate", o primeiro jornal republicano que Portugal editou, mostrando desde cedo sua tendência liberal, posteriormente manifesta com todo vigor e desassombro no Pará e no Brasil.

Defendeu na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa sua tese de doutorado sobre *Phlegmasia alba dolens*, formando-se aos 22 anos de idade. Antes de regressar ao Brasil, "O pai, generoso, ainda lhe proporcionou uma longa viagem pela Europa. Em Paris e em Viena, cidade de sua especial predileção, demorou-se mais de um ano" (Chermont de Britto). Nessa ocasião, também fez estudos de Economia e Finanças, outra tendência inata que cultivou e aplicou com igual valia juntamente com a Medicina, na sua dupla atividade de médico e de administrador.

Em Portugal, viveu sob o reinado de D. Luiz I, tempo de relativa acalmia política, depois de repetidas investidas e intervenções de franceses e espanhóis em terras portuguesas, que cobravam aos Bragança compromissos assumidos ou lhes cobiçavam as terras ibéricas e de além-mar.

Ao retornar ao Brasil, passou pela Bahia e, em Salvador, revalidou com êxito seu diploma, defendendo a tese "Tratamento das feridas articulares" em 1875, segundo Avertano Rocha.

Não há informações sobre os primeiros anos de atividades de Paes de Carvalho em Belém. Mas não resta dúvida de que, com a refinada educação e cultura de que era portador, aliadas a suas finas maneiras, logo conquistou a afeição e a confiança da sociedade belenense e, por seu espírito democrático, sensibilizou todas as classes sociais.

Por Antonio Baena sabe-se que, pela Ata da reunião de 29 de setembro de 1877, da Venerável Ordem Terceira, "o irmão Dr. José Paes de Carvalho é

nomeado médico adjunto do Hospital, em substituição do Dr. Bueno Mamoré, que se acha fora do Império”.

Em 1877 é inaugurado o Hospital D. Luiz I, da real Sociedade Beneficente Portuguesa e, “Em 1878 é nomeado para o mesmo hospital o Dr. José Paes de Carvalho, como registra Penna de Carvalho em “Evolução da Medicina no Pará”, artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Neste último ano, também, “Em novembro... o Presidente da Província designou para o Serviço de Vacinação os Drs. Pedro dos Navegantes e José Paes de Carvalho, para o 1º distrito,,,”, havendo quatro distritos em Belém, como também informa Penna de Carvalho no mesmo artigo.

Um grande acontecimento é, certamente, vivenciado por nosso elogiado: Em fevereiro de 1878 é inaugurado o belo e majestoso Theatro da Paz, outro marco da grandeza e opulência da época. “Afinal, a 13 de fevereiro de 1878 abriram-se as portas do Theatro, ao som da Orquestra Sinfônica dirigida pelo maestro maranhense Francisco Libânio Collas. A seguir, a Companhia de Vicente Pontes de Oliveira encenou o primeiro espetáculo de gala: o drama “As duas Órfãs”, de A. D’Annery” (Leandro Tocantins).

Criatura de grande sensibilidade, espírito liberal, Paes de Carvalho ainda no Velho Mundo “sentiu o horror da mancha ignominiosa que pesava sobre o Brasil” – a escravidão negra. “A escravatura fazia-o sofrer. De lá mesmo, em cartas a seus pais, falava na urgente necessidade de o Brasil extinguir a escravidão (Chermont de Britto). Uma vez no Pará, participou das campanhas abolicionistas.

Em 24 de julho de 1880 casou-se com Angela Augusta Pinto, sua prima, filha de um ilustre médico da cidade, Dr. Augusto Thiago Pinto. Fixou residência à rua de São Vicente, número 14, esquina com a rua das Gaivotas, hoje ruas Manoel Barata e 1º de Março, respectivamente.

Durante o ano inteiro de 1877 e o ano seguinte até junho, não foi registrado um único óbito pela varíola. Julgavam, todos, extinta a mortífera epidemia, quando a seguir veio ter à capital um novo elemento de transporte desse mal: a imigração cearense. A horrível seca que devastou o Ceará entre 1877 e 1879, elevou a imigração para a nossa Província ao apogeu. Com eles imigrou a varíola. Em 31 de março de 1880 foi extinta a enfermidade do Tucunduba, por falta de doentes... Neste ano, apenas no mês de janeiro houve 4 óbitos por varíola... Mas a epidemia não estava acabada e devia de novo tomar incremento em 1883 e anos subsequentes”. Em 1883 houve 75 óbitos por varíola. No ano seguinte eclodiu uma epidemia que vitimou em Belém 587 indivíduos, sendo que este novo surto “deve ser contado de outubro desse ano a dezembro de 1884”, segundo Arthur Vianna, de quem coletamos todas as informações deste parágrafo.

Para o médico, o ano de 1884 deve ter sido de grande trabalho e ajuda às populações carentes, pois tinha entre elas grande penetração, mas também deve ter-lhe alegrado em parte o espírito do abolicionista: nas Províncias do Amazonas e do Ceará foi decretada a abolição dos escravos negros. A esses fatos seguem-se, no ano seguinte, a Libertação dos Sexagenários e a Abolição dos açoites aos escravos que, juntamente com a Lei do Ventre, muito antes decretada em 1871, marcaram grandes conquistas que antecederam a Abolição da Escravatura em todo o Brasil, a 13 de maio de 1888.

Após a epidemia de varíola de 1884, Belém estivera sob controle, com o último óbito pelo mal ocorrendo em abril de 1885. Não obstante, por "... inobservância do rigor necessário" e "o serviço do porto, como sempre claudicante", que "deixou que desembarcasse, sem as cautelas necessárias, um passageiro vindo do Sul, atacado do mal. Este doente constituiu um foco da moléstia na casa para onde o conduziram, foco que irradiou logo, dando começo à epidemia" (Arthur Vianna). Era março de 1887. Nesse ano há 61 vítimas em Belém e, no ano seguinte, a epidemia mata mais 747 pessoas e, até o fim do surto, já em 1890, morreram 927 pessoas.

Para um abolicionista, homem liberal, transformar-se em republicano foi apenas um passo, pois "Da campanha da Abolição para a República..." assim o foi. "Abolição e República, no Pará, escreveu o arguto historiador paraense Vicente Sales, representaram um só movimento. A Abolição é o suporte da propaganda republicana" (In Chermont de Britto). "Em Belém, à medida que a cruzada pela liberdade dos escravos se afirma triunfante, crescem as forças republicanas" (Chermont de Britto).

Assim sendo, as inclinações políticas de Paes de Carvalho estão definidas.

No dizer de Avertano Rocha, "um dos partidos monárquicos quis aproveitar-lhe as aptidões, o prestígio nascente, e o elegeu deputado provincial. A democracia, porém, já lhe havia conquistado os melhores estímulos cívicos..., declinou, então, do mandato que lhe fora conferido, e destarte, cedendo às naturais inclinações de seu caráter, fez a sua profissão de fé republicana".

Fez-se propagandista da República, juntamente com Lauro Sodré e Justo Chermont, cujo trabalho no Pará "irrompeu em janeiro de 1885, quinze anos após o Manifesto de 1870, e antecederia em 4 anos a implantação da República" (Ricardo Borges).

No ano seguinte, laconicamente, o "Diário de Notícias" surge com a seguinte convocação: "Alguns cavalheiros de nossa sociedade, pretendendo fundar um Clube Republicano nesta capital, reunir-se-ão no próximo domingo, à uma hora da tarde, na casa n. 16 sita no arraial de Nazaré, e convidam todas as pessoas que comunguem dos mesmos ideais republicanos, a comparecerem a essa primeira reunião (Ricardo Borges). Era a casa residencial do guarda-livros Antonio Sérgio Dias Vieira de Fontoura o local aprazado. Seria no dia 11 de abril, que marca a fundação do Clube Republicano do Pará. Na segunda reunião, na residência do Dr. Manoel Barata, na rua Dr. Malcher, número 23, José Paes de Carvalho foi eleito o primeiro Presidente do Clube. As terceira e quarta reuniões, em 25 e 31 de maio, domingos subsequentes, tiveram lugar na residência do Presidente eleito.

Nas eleições desse ano de 1886, em junho, o Clube elegeu, com mínima votação, o suplente de vereador Gentil Bittencourt, porém em agosto, para o Legislativo do Estado, não logrou eleger os candidatos Justo Chermont e Paes de Carvalho.

Um jornal do Clube entra em circulação no dia 12 de setembro, bem como são intensificadas as atividades dos propagandistas pelo interior do Estado. O "Diário de Belém", da direção do Dr. Antonio Francisco Pinheiro, e o "Diário de Notícias", de João Campbell, facultam suas colunas à colaboração republicana e, "... em 1888 A Província do Pará, de que eram redatores o Dr. José Joaquim

de Assis e Antonio José de Lemos, tornou-se simpática à causa da República“ (Jorge Hurley).

Cresce o prestígio dos republicanos, cresce o prestígio de Paes de Carvalho, ao ponto de, no momento da Proclamação da República, em 1889, dentre as figuras importantes e autoridades militares comprometidas com o movimento, ser ele o escolhido para intimar e depor o Presidente da Província. Também é Paes de Carvalho o civil que recebe de Quintino Bocaiúva o telegrama com a notícia da Proclamação, antecipando-se ao conhecimento local das autoridades constituídas. É na casa de Paes de Carvalho que, na noite de 15 de novembro, se reúnem os membros do Clube Republicano, pois a sua sede estava sendo vigiada pela polícia, para serem discutidas as medidas a serem tomadas no dia seguinte.

É bastante conhecida a crônica que relata os fatos ocorridos no dia 16 de novembro de 1889, dia em que o Pará aderiu à República, do que há a relíquia da frágil mesa em que Paes de Carvalho, de mediana estatura, elevou-se para dialogar e submeter o Presidente Silvino Cavalcante de Albuquerque, e em cujo mármore foram inscritas palavras alusivas ao fato.

Com a Proclamação da República, o Clube Republicano do Pará perde a função, é extinto e cede lugar ao Partido Republicano.

Paes de Carvalho faz uma pausa nas atividades políticas e se volta inteiramente à clínica. Seus mais ardentes objetivos políticos estão concretizados. É o que se há de julgar. Porém é eleito Senador Federal e participa como 2º Secretário da Constituinte Nacional de 1890. No ano seguinte, desta vez como Senador Estadual, participa e preside a Constituinte Estadual, trabalho que realiza em poucos dias. Eleito Senador Estadual em 20 de abril, em 22 de junho apresenta a Carta Magna do Estado. A 3 de novembro, ainda de 1891, renuncia à senatoria federal, “em protesto ao ato do Presidente da República, General Deodoro da Fonseca, dissolvendo o Parlamento”.

Mais uma vez volta à Medicina. Mais uma vez volta a população de Belém a contar com os prestimosos serviços do humanitário e benquisto médico, que atua em todas as organizações hospitalares da cidade.

Após a adesão do Pará à República, ao governo provisório da Junta, formada por Justo Chermont, presidente, tenente-coronel Bento José Fernandes Junior, representante do Exército, e o capitão de fragata José Maria do Nascimento, representante da Armada, segue-se o governo de Justo Chermont, por nomeação federal, o qual, por ter sido nomeado logo após Ministro do Exterior, cede lugar ao capitão-tenente da Armada, Duarte Huet Bacelar Pinto Guedes, que passará o cargo ao primeiro governador eleito do Pará, Lauro Sodré, tudo isso ocorrendo até fevereiro de 1897.

No intervalo, no ano de 1892, Paes de Carvalho é reeleito senador federal, para a sua própria vaga, deixada por renúncia. Bem como, na ausência de Lauro Sodré, é feito Presidente do Partido Republicano. E, em 1896, é eleito Governador do Estado, cargo que inicia a exercer em 1º de fevereiro de 1897.

“Médico, mas de acentuado senso jurídico e profundo conhecedor de finanças, o novo governador sabia da precária situação financeira do Estado e divisava o seu agravamento em virtude de estar o Governo da República vencendo aguda crise econômica e monetária do país, e consequente reabilitação cambial, enquanto o Pará e a Amazônia, dependentes em verdade de um único produto, a borracha, sujeito a oscilações de preços na disputa de

seu mercado internacional, que criara e era sua única fonte de permutas”, ...“a crise tornava-se crescente, e dentro dela Paes de Carvalho governaria o Estado” (Ricardo Borges).

A despeito de tudo, “O Pará inteiro vibrou de alegria e entusiasmo. Poucos homens públicos subiram ao poder entre tantas e tamanhas expansões de júbilo popular como esse grande estadista paraense. Ainda não se apagara a lembrança da sua campanha pela Abolição, da luta pela República. Todos lhe reconheciam a formação democrática, a pureza dos seus ideais republicanos, a elegância das atitudes políticas, a larga competência no que se referia às necessidades da região, o temperamento generoso e nobre, todas as virtudes e qualidades indispensáveis a um estadista. O povo paraense conhecia-o, admirava-o, confiava nele, e por isso elegeu-o por consagrada votação” (Chermont de Britto).



Cartão postal alusivo ao Governador Paes de Carvalho
emitido por Stab. Armanino, Genova.

Não foram fáceis os dias de Paes de Carvalho no Governo do Pará. Além da crise econômica, intercorrências outras tumultuaram o seu espírito.

Mal se estabelecera na direção do Estado, enfrentara a necessidade de ajudar o Governo Central na Campanha de Canudos. Trouxe glórias ao Pará e, posteriormente, contrariedades pessoais, num incidente com um dos heróis paraenses da dita campanha. Além de prestar a participação do Estado, prestou-

se a obter, do Governo do Amazonas, igual atitude diante dos apelos do Presidente da República nesse evento.

Ajustar as finanças do Estado foi o seu grande desafio, embora recebendo de Lauro Sodré um saldo financeiro positivo. Em seu manifesto, publicado no Diário Oficial de 1º de fevereiro de 1897, data de sua posse, entre outras palavras, escreve: "...desde 1892 até o último exercício, ultrapassando cada ano as previsões orçamentárias. Mas, ao lado dessa causa real, uma outra de feição accidental influi sobre esses excessos, que maravilham, tão extraordinários são eles. Aludo, assim é óbvio, à baixa taxa de câmbio, que por um lado determina acréscimos aparentes na receita e por outro não só encarece-nos a vida no presente, como ainda nos prepara dificuldades que sentiremos no futuro próximo, se desde já não nos acautelarmos contra os enleios enganadores que produzem fortes cifras monetárias, sempre que não temos na devida conta as variações da unidade a que se referem".

Em seus cuidados de financista procurou estabelecer o orçamento do Estado, as receitas e despesas, em padrão ouro. E, como refere Avertano Rocha, "Os professores do Estado também recebiam os seus vencimentos em ouro, pontualmente, e à razão de 7\$000 ou por hora de lição", na Escola do Comércio, uma das instituições de ensino que fiz criar.

O ensino foi preocupação fundamental para Paes de Carvalho. Durante o Império e os primeiros anos da República, ao ensino se oferecia uma série de leis e regulamentos desordenados. Ele fez uma nova e integral regulamentação, assim como incrementou o número de estabelecimentos, e são palavras suas em relação ao ensino profissionalizante: "Especial atenção me merecerá o ensino profissional. Sem a aptidão profissional, em suas variadas manifestações, não nos poderemos julgar um povo verdadeiramente autônomo e independente. É o conhecimento profissional que nos habilitará a agir sobre o pequeno pedaço do planeta que habitamos, modificando-o pelo trabalho pacífico, inteligente, no sentido do aperfeiçoamento crescente da civilização".

Com projetos de governos anteriores, inclusive o assentamento de estruturas fundamentais, fez construir e aparelhou em seu governo o Instituto Lauro Sodré, hoje Colégio Estadual. Instituto de Educandos Artífices, como era chamado, que se avantajou sob a orientação e determinação de Paes de Carvalho, transformando-se em uma instituição de renome nacional e mesmo internacional, recebendo alunos de países nossos vizinhos.

Duas preocupações que fluíram paralelamente, foram a colonização e a diversificação da cultura agrícola. Preocupado com o monoextrativismo a que nos submeteríamos, tudo fez para incrementar, para fomentar uma independência de nosso abastecimento e estabelecimento de novas fontes de receita, e não a exclusividade da extração da borracha e seu comércio.

Em momentos em que se elegera a hoje chamada Zona Bragantina para assentamento preferencial de migrantes colonos, com as consequências da seca nordestina de 1897, apesar de todas as pressões negativas a que foi submetido, acedeu ao apelo das circunstâncias e naquela área estabeleceu milhares de flagelados. Mesmo contrariando a opinião de muitos, soube ser humano, soube ser brasileiro.

Proclamada a República, estabelecidas as Unidades da Federação, coube a Paes de Carvalho a luta pela legitimação das fronteiras do Estado do Pará, o que fez com todo o senso de estadista, de diplomata, de patriota e de paraense que era. Em seu governo, não só as fronteiras com as Guianas Francesa e Inglesa foram estabelecidas, como também as linhas divisórias deste Estado com os de Mato Grosso e do Amazonas foram definidas. Foram tão profícuas suas ações nesse setor, que “A Folha do Norte”, sempre tão violenta em suas críticas ao Governo Paes de Carvalho, não pôde deixar de registrar e enaltecer o seu êxito na questão de limites com a França. E Paulo Maranhão escreveu: “O Sr. Dr. Paes de Carvalho deve considerar o dia de hoje como o mais belo quicá do seu Governo, este em que ele vai ter o inefável contentamento de saber que restituirá aos seus governados o Estado do Pará íntegro e intacto como o encontrou há quatro anos. ...Paes de Carvalho está entre os estadistas brasileiros que, como escreve o bravo e brilhante Arthur Cezar Ferreira Reis, impediram que a cobiça estrangeira roubasse o fabuloso patrimônio territorial que os portugueses nos legaram” (Chermont de Britto).

Correndo paralelamente o seu governo com o do Intendente Municipal Antonio Lemos, viu Paes de Carvalho a cidade de Belém apresentar a grande transformação urbanística que experimentou com o ciclo da borracha na Amazônia. Pelo menos o início das obras que vestiram Belém de suas mangueiras e lhes criaram a fisionomia ainda hoje admirada. Sob seu governo tiveram início as obras do Mercado de Ferro, elemento paisagístico que integra a silhueta de Belém, quer vista da Baía do Guajará, quer vista de terra, compondo o postal que é o Ver-o-Peso.

Muitas foram as obras de Paes de Carvalho, muitos os seus atos em prol de seu Estado e de seu povo. Não os enumeramos todos. Mas há alguns que não deveremos esquecer, por honra da profissão que exerceu e que aqui nos integra. De seu humanitário labor há, além de outros registros a que certamente não tivemos acesso, aqueles de que atendeu, em últimas instâncias, em conferência médica, a renomada professora Mariana Hesketh Cavalleiro de Macêdo Vianna, primeira esposa de Arthur Vianna, e o de que “...com sua sabedoria tantas vezes arrancou da morte o genial Carlos Gomes...” (Chermont de Britto). De seu zelo pela ciência, pelo progresso e engrandecimento de sua terra, há o fato de que participou e muito fez para a fundação e para a atuação da Sociedade Médico-Pharmaceutica, criada em 8 de novembro de 1897 e solenemente instalada a 1º de fevereiro de 1898, entre as comemorações de seu primeiro ano de governo. Ao se constituir a Sociedade, participaram como fundadores, além de outras classes, representantes de várias atividades paramédicas ou culturais, 54 médicos, aos quais posteriormente aderiram outros treze. Preocupado com o destino da juventude paraense, além do ensino básico e profissionalizante de nível médio, pela Lei 629, de 22 de maio de 1899, criou as escolas superiores de direito, engenharia e medicina, sendo que esta, só posteriormente e por iniciativa privada, teve lugar. Pela Lei n. 546, de 2 de junho de 1898, reformou o serviço sanitário, de modo a colocá-lo a par das melhores instituições congêneres”. Finalmente, em 15 de agosto de 1900, participou da inauguração do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, para cuja construção e instalação tanto ajudou, de modo que “Os serviços deste notável facultativo distinguiram-se tanto, que a assembleia geral resolveu recompensá-los com o

título de sócio benemérito e com a medalha de caridade de que trata o artigo 72 dos estatutos” (Arthur Vianna). *

Todos que o descreveram, em biografias ou em leves notas, são unânimes em lhe ressaltar a figura elegante, cortês e inspiradora de confiança, mas lembramos o perfil que dele esboçou o velho Professor Avertano Rocha, quando das celebrações aqui ocorridas durante o seu centenário de nascimento. Diz-nos o mestre: “O Dr. Paes de Carvalho, conhecemo-lo, de vista embora, quando aluno deste educandário, o então Lyceu Paraense. Tinha um vulto imponente, um andar nobre e a cabeça já encanecida. Extremamente simpático e empolgante, sempre muito bem trajado, usava habitualmente sapatos de polimento, terno de fraque talhado pelos melhores alfaiates, e chapéu de coco. Profundamente democrático, quando governador, nem por isso deixava de atender os seus chamados clínicos a domicílio. Frequentava hospitais e muitas vezes vimo-lo de pé, a trafegar como pingente pela cidade, nos antigos bondes da companhia urbana. Gozava, por isso, de extrema popularidade”.

Este é o Dr. José Paes de Carvalho que também temos em mente e desejamos que todos lembrem. Sim, porque apesar de termos relacionado até o momento vinte maneiras de homenageá-lo e não deixar que se esgote a sua memória, constatamos que, salvo três medalhões de bronze incrustados em edifícios e monumentos públicos, resta apenas como maior e expressiva manifestação de reconhecimento pelo que ele fez, o Colégio Estadual Paes de Carvalho.

Os rumos da política não foram o que desejaria Paes de Carvalho. Nem todos os propósitos de seus companheiros de lutas republicanas coincidiram com os seus. Apesar de tudo o que realizou ou tentou realizar com integridade e leais interesses, foi injuriado, foi injustiçado. Daí sua renúncia à política, mesmo com todo o prestígio que lhe agraciava a população.

Apesar de se retirar da política e de seu país de nascimento, refugiou-se na Europa, de onde trouxera toda a sua formação. Ao Pará não mais voltou. Ao Brasil, ocasionalmente veio.

Paes de Carvalho morreu com mais de 92 anos, em Paris, em 1943.

De seu casamento com Dona Angela Augusta Pinto nascera-lhe um único filho, Pedro Paulo Paes de Carvalho, nascido em Belém em 31 de julho de 1890, do qual conta com uma admirável descendência.

As últimas homenagens ao ilustre vulto paraense foram-lhe prestadas em 1975, quando o Governador do Estado, Fernando Guilhaon, fez trasladar as cinzas de Paes de Carvalho para repousarem no Palácio Lauro Sodré, ao lado das de Augusto Montenegro.

Belém, abril de 1991.

* Ver Notas da Editoração, a seguir.



José Paes de Carvalho



Patrono da Cadeira nº 29



Notas da Editoração

Paes de Carvalho foi Governador do Estado do Pará de 01/02/1897 a 01/02/1901. Sucedeu a Lauro Sodré e foi sucedido por Augusto Montenegro. Faleceu em 17 de março de 1943.

Quando da criação da Academia de Medicina do Pará, seu nome foi, com muita justiça, escolhido para Patrono da Cadeira de número 29 de nosso silogeu.

Leonidas Braga Dias foi seu primeiro ocupante. Poucos anos depois de devotadíssima atuação como membro titular, tendo tido seu nome algumas vezes cogitado como potencial candidato a assumir o cargo máximo de direção de nossa Academia, fomos surpreendidos com a notícia de sua morte súbita em abril de 2002, motivo de grande consternação no seio da comunidade médica paraense e dos que exercem a Medicina Tropical em nosso país.

Foi substituído em 13 de agosto de 2013, por Juarez Antônio Simões Quaresma, segundo ocupante da Cadeira nº 29.



Conforme anunciado em nota de rodapé na última página de reprodução do texto de elogio proferido por Leonidas Braga Dias a seu Patrono José Paes de Carvalho, julgamos oportuno inserir entre estas *Notas da Editoração* informação complementar a respeito da “Medalha da Caridade”, conferida em 1895 pela Associação de Caridade Santa Casa de Misericórdia do Pará ao Dr. José Paes de Carvalho, primeiro a ser agraciado com o título de benemérito da Instituição e o único a ser distinguido com a cunhagem de uma medalha condecorativa correspondente.



A bela comenda, cuja ilustração temos a ventura de poder aqui reproduzir, foi objeto de interessante contribuição do acadêmico Habib Fraiha Neto e de seu amigo historiador Márcio Couto Henrique à historiografia da medalhística estadual, publicada na *Revista Paraense de Medicina*, editada pelo Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará.

Referência

FRAIHA NETO, H.; HENRIQUE, M. C. A Medalha da Caridade ao Dr. Paes de Carvalho, Belém, 1895. Uma contribuição à memória da Santa Casa de Misericórdia do Pará e à historiografia da medalhística paraense. *Revista Paraense de Medicina*, v. 22, n. 3, p. 85-87, jul.-set. 2008.

